Percepção e comportamento de risco financeiro: análise da influencia da ocupação e demais variáveis sociodemográficas

JÉSSICA PULINO CAMPARA

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
jecampara@hotmail.com

SILVIA AMÉLIA MENDONÇA FLORES

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
sisimflores@yahoo.com.br

KELMARA MENDES VIEIRA

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
kelmara@smail.ufsm.br

ANA LUÍZA PARABONI

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
anyparaboni@hotmail.com

ANI CAROLINE GRIGION POTRICH

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
anipotrich@gmail.com

Percepção e comportamento de risco financeiro: análise da influencia da ocupação e demais variáveis sociodemográficas

1. Introdução

Os estudos tradicionais de finanças abordam as melhores alternativas de investimento, a fim de maximizar o retorno financeiro. No entanto, sabe-se que essas decisões dependem do comportamento do indivíduo, das suas preferências, do ambiente macro e micro e de diversos fatores controláveis e não controláveis. Além disso, nota-se que os hábitos de consumo estão mudando e, conforme Dynan e Kohn (2007), em um mundo sem restrições de financiamento, as famílias têm liberdade em escolher o consumo desejado, com base na vida útil dos recursos, taxas de juros e necessidades pessoais, além do risco percebido.

Neste cenário de incertezas, a facilidade de acesso ao crédito é um dos aspectos que diferencia o funcionário público dos trabalhadores de outras instituições. Para o funcionário público é muito mais fácil e, em vários produtos, ainda mais barato, obter crédito. Tal fenômeno ocorre principalmente pelo fato de que para as instituições ofertadoras de crédito, emprego público é sinônimo de renda garantida, implicando em menor risco.

Por outro lado, o fato do indivíduo ter optado pelo emprego público pode estar associado a um perfil mais conservador. Este indivíduo, geralmente escolhe um concurso público para construir sua carreira, principalmente pelo fato de poder alcançar uma estabilidade empregatícia. Se este comportamento conservador prevalecer também em suas decisões de consumo, este grupo deve apresentar uma menor propensão ao risco. Algumas evidências sobre o comportamento financeiro dos funcionários públicos brasileiros já podem ser encontradas na literatura, como por exemplo, Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2008) que realizaram um estudo sobre o planejamento financeiro e a qualidade de vida dos servidores de Ponta Grossa. Além disso, outras pesquisas propõem-se a estudar a percepção e o comportamento de risco, tais como, Keese (2010), ao realizar um estudo na Alemanha, avaliando a percepção do risco e verificando os traços de personalidade dos respondentes. No Brasil, Nogueira (2009) desenvolveu um estudo para avaliar as diferenças de tolerância ao risco em casais.

Sendo assim, para a realização dessa pesquisa considerou-se o risco como a possibilidade de perigo, perda ou outras implicações adversas decorrentes de um determinado investimento (HOPKIN, 2010). Para uma análise mais específica, foram elencados os aspectos do risco financeiro, divididos principalmente em dois fatores: percepção e comportamento de risco. A percepção de risco está relacionada com a expectativa de consequências negativas, já o comportamento de risco está associado, há investimentos ou ações, com probabilidade de implicações adversas (JOHNSON, SIVADAS, GARBARINO, 2008; HUTZ, KOLLER, 1997). Considerando estes dois conceitos (percepção e comportamento de risco) verifica-se que é de suma importância para o desenvolvimento econômico de um país o comportamento de risco, pois é ele que encoraja os indivíduos a investirem seus recursos, entretanto a percepção de risco auxilia para que as pessoas não comprometam suas finanças ao ponto de causar danos à saúde financeira familiar e consequentemente da sociedade. Diante da importância dos conceitos de risco e suas implicações para os servidores públicos e demais ocupações o presente estudo está pautado nos seguintes objetivos: i) investigar a percepção e o comportamento de risco financeiro, ii) realizar um comparativo entre a percepção e comportamento de risco de servidores públicos e indivíduos que desempenham outras profissões e iii) identificar a influência das variáveis sociodemográficas nos fatores percepção e comportamento de risco.

Seguindo esta temática, o trabalho está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na seção dois, apresenta-se a revisão de literatura, com os conceitos de risco,

tangenciando a percepção e o comportamento de risco, além da influência das variáveis sociodemográficas, na seção seguinte aborda-se o método de estudo e na seção quatro, a análise e discussão dos resultados e por fim são apresentadas as considerações finais do trabalho.

2. Revisão de Literatura

2.1 Risco

A partir de alguns estudos que revelaram a influência das emoções nas escolhas (NOFSINGER, 2006), aspectos comportamentais de decisões financeiras tornaram-se importantes fatores nos estudos da psicologia. Com isso, surgem as finanças comportamentais, unindo economia, finanças e psicologia, em busca de uma explicação para os comportamentos relacionados às decisões financeiras (MACEDO, KOLINSKY, DE MORAIS, 2011). Nesse contexto, muitos são os temas inerentes às finanças comportamentais, entre estes se encontra as discussões acerca dos conceitos de risco. Um estudo relevante para a evolução desses conceitos é o realizado por Kahneman e Tversky (1979), que desenvolveram a Teoria do Prospecto, a qual define que os indivíduos são avessos ao risco para ganhos, mas propensos ao risco para perdas.

Sendo assim, diversos autores, ao longo da história, tentaram conceituar o risco. Porém, devido a sua variedade de sentidos, torna-se difícil chegar a um consenso. Hopkin (2010), através do *Oxford English Dictionary* menciona o risco como a possibilidade de perigo, perda ou outras implicações adversas. Já Ellis (2000) afirma que enfrentamos um risco quando estamos diante de alguma situação e não sabemos o que vai acontecer. Para Masini (2009) o risco é definido e percebido por indivíduos que são influenciados por fatores tanto psicológicos e sociais, quanto institucionais e culturais.

Muitos estudos buscam compreender os diferentes aspectos inerentes ao risco, bem como, procuram determinar instrumentos válidos. Dessa forma, Keese (2010) baseou-se em uma escala de 11 pontos para avaliar o risco percebido. Já Nogueira (2009) utilizou uma escala de 4 pontos criada por Gilliam, Goetz e Hampton (2008) com o intuito de investigar as diferenças de tolerância ao risco em casais. Por outro lado, Moorer e Chater (2003) consideraram o comportamento de risco através das emoções. Dessa forma, avaliaram os indivíduos em duas dimensões: estado afetivo e comportamento de risco. Para a primeira, utilizaram uma escala conhecida como Inventário de Depressão de Beck (BDI, criada por Beck e Steer em 1987) e, para a segunda, foram criadas dezesseis perguntas de escolha binária. Em consequência disso, os autores concluíram que os indivíduos mais felizes estavam dispostos a aceitar maiores níveis de risco financeiro. Weber *et al.* (2002) apud Paulino (2009) utilizou uma escala do tipo likert de 5 pontos para compreender o risco financeiro a partir de dois fatores: percepção e comportamento de risco.

Neste contexto, evidencia-se a existência de diversas possibilidades para a classificação do risco, porém para este estudo, optou-se por uma escala bastante disseminada entre os pesquisadores, a qual distingue o risco em dois fatores: percepção e comportamento de risco. Sendo assim, estudos de Downling e Staelin (1994), Mello e Falk (2003), Zikmund e Scott (1974), Cox (1967), Källmen (2000), Finucane *et al.* (2000), Johnson, Sivadas e Garbarino (2008), Keese (2010) e Nogueira (2009) analisam a percepção de risco. Por outro lado, com relação ao comportamento, pode-se citar os estudos de Zuckerman (2000), Leigh (1999), Hutz e Koller (1997), Brennan e Kraus (1976), Walls e Dyer (1996), Barsky *et al.* (1997) e Grable (2000).

A percepção de risco pode ser estabelecida a partir das percepções do consumidor a respeito da incerteza e das implicações adversas da compra de um produto ou serviço, de

forma que, tanto a probabilidade quanto o resultado da compra são incertos (DOWNLING; STAELIN, 1994). Mello e Falk (2003) afirmam que o risco percebido compreende duas dimensões: incerteza e consequência. A incerteza avalia a perspectiva do consumidor de que a compra possa transformar-se em consequências indesejáveis (ZIKMUND; SCOTT, 1974). Já as consequências correspondem tanto à execução das funções técnicas referentes ao produto comprado, quanto ao grau de influência sentida, em termos psicológicos e sociais (COX, 1967).

Outra perspectiva evidencia que, a percepção de risco está relacionada às diferenças de personalidade, através do *locus* de controle, auto-eficácia e ansiedade (KÄLLMEN, 2000). Além disso, para explicar as diferenças de percepção de risco, Finucane *et al.* (2000) apontam que tradicionalmente, considera-se a racionalidade e educação do indivíduo. De acordo com Johnson, Sivadas e Garbarino (2008) o risco percebido é associado com a expectativa de consequências negativas, sendo composto por dois componentes: risco inerente e risco manipulado. O risco inerente é aquele que aumenta quando o consumidor sente que a qualidade do produto é muito variável e o nível médio de qualidade nessa classe de produtos é baixo. Por outro lado, o risco manipulado é quando um consumidor escolhe uma marca a partir de uma classe de produtos específicos, considerando, por exemplo, as informações da marca.

Por outro lado, o comportamento de risco é de fundamental importância, pois segundo Zuckerman (2000), caso ele não existisse, a humanidade permaneceria estagnada. Sendo assim, o comportamento de risco é aquele que abrange, ao mesmo tempo, potencial de perigo ou dano e a chance de obter algum tipo de recompensa (LEIGH, 1999). Da mesma forma, Hutz e Koller (1997) definem comportamento de risco como as atividades realizadas pelos indivíduos que podem variar com a probabilidade de implicações adversas para o desenvolvimento psicossocial, assim como, desencadear danos para quem as realizou. Por isso, analisar variáveis sociais e psicológicas para o estudo do comportamento de risco é essencial. Dentro do contexto comportamento de risco, existem dois conceitos principais: a tolerância e a aversão ao risco. Alguns pesquisadores como Brennan e Kraus (1976); Walls e Dyer (1996) e Barsky *et al.* (1997), afirmam que a tolerância ao risco é o inverso de aversão ao risco. Sendo assim, Grable (2000) argumenta que a tolerância ao risco financeiro é a quantidade de incerteza que o indivíduo está disposto a aceitar diante de uma decisão financeira.

Neste estudo, porém, buscou-se analisar as diferenças de percepção e comportamento de risco levando em consideração os servidores públicos, assim como, outras ocupações profissionais. Destaca-se que os servidores públicos são os agentes permanentes e profissionais a serviço da Administração Pública, que por sua vez, tem como objetivo principal o interesse público, seguindo os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BATISTA *et al.*, 2005). Sendo assim, esses indivíduos comprometem-se em trabalhar em prol da sociedade e em contrapartida beneficiam-se com os salários fixos e a estabilidade empregatícia. Nesse âmbito, o aprimoramento do sistema financeiro permite que uma grande parte da população tenha acesso às diferentes formas de crédito disponíveis no mercado, sendo os servidores públicos os mais visados principalmente com as ofertas de empréstimos consignados. O programa MT Habita Mais é um exemplo de iniciativa do governo do Estado do Mato Grosso, em parceria com o Banco do Brasil, voltado aos servidores públicos estaduais e municipais efetivos, com uma linha de crédito exclusiva para financiamento de residências, com mais facilidade, taxas de juros mais baixas e maiores prazos para pagamento. Tendo isso em vista, destaca-se mais uma vez o primeiro argumento levantado neste estudo, de que a partir da facilidade de conseguir crédito consignado o servidor público reduz sua percepção de risco e torna seu comportamento mais arriscado.

Por outro lado, considerando o segundo argumento, de que o servidor apresenta um perfil mais conservador, por buscar a estabilidade empregatícia, o artigo 41 da Constituição Federal/88 assegura que a partir do terceiro ano de efetivo exercício, os funcionários nomeados em virtude de concurso público são considerados estáveis, ou seja, terão a garantia de permanência no serviço público, sendo que só perderão o cargo por sentença judicial transitada em julgamento ou em virtude de processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa. Desse modo, a estabilidade que o funcionário público busca pode influenciar para que ele desenvolva uma percepção de risco mais elevada e seja mais conservador em seus investimentos.

2.2 Influência das variáveis sociodemográficas

Para o estudo da percepção e do comportamento de risco, algumas variáveis sociodemográficas tornam-se fundamentais, como: idade, gênero, estado civil, dependentes, filhos, escolaridade, ocupação e renda. Considerando a idade dos indivíduos, Nogueira (2009) verificou que os idosos acima dos 60 anos e os adultos entre 41 e 50 anos estão menos dispostos a correr riscos financeiros, enquanto que aqueles entre 51 e 60 anos são os mais propensos a assumir riscos. Moschis (1996) corrobora, apontando que as pessoas mais velhas são mais avessas ao risco.

Ao analisar o gênero, Zuckerman e Kuhlman (2000) e Keese (2010) argumentam que as mulheres tendem a níveis mais altos de percepção de risco que os homens. Da mesma forma, Johnson e Powell (1994) revelaram que as mulheres, normalmente, são mais cautelosas, menos confiantes e menos agressivas em comparação aos homens. Quanto ao estado civil, a tolerância ao risco financeiro parece ser maior para os solteiros, pois estes normalmente apresentam menores responsabilidades e, ainda, não dispõem de grande quantidade de recursos que possam ser perdidos, aceitando assim, maiores riscos financeiros (GRABLE E JOO, 2004; HALLAHAN *et al.*, 2004; YAO *et al.*, 2004). Na mesma linha de raciocínio, Chaulk, Johnson e Bulcroft (2003) acreditam que na medida em que os indivíduos se casam, sua tolerância ao risco financeiro diminui, principalmente pela maior necessidade de proteção e compromisso estabelecido com o cônjuge. Em contrapartida Frade *et al.* (2008) verificaram que os indivíduos solteiros são os mais cautelosos.

Levando em consideração os filhos e os dependentes, Flores (2012) concluiu que aqueles que não possuem (filhos e/ou dependentes) apresentam maiores níveis de comportamento de risco, bem como menores níveis de percepção de risco, provavelmente por não possuírem um compromisso fixado, ou seja, não irão comprometer a saúde financeira de filhos ou dependentes, pois não os detêm. A partir de um estudo da *Consumer Finances*, Grable e Lytton (1998) ao avaliar a tolerância ao risco, tendo em vista variáveis demográficas, concluíram que o nível de escolaridade é a variável mais significativa nos níveis de tolerância pesquisados. Nogueira (2009) afirma que existe uma forte correlação entre o nível educacional e a tolerância ao risco, assim como entre escolaridade e percepção, de forma que, quanto maior o nível de educação do indivíduo, maior será sua tolerância e percepção ao risco.

Quanto à ocupação, destaca-se que a aversão ao risco é menos comum entre os trabalhadores autônomos (BROWN *et al.*, 2011). Além disso, Keese (2010) afirma que a ocupação tem influência significativa na percepção de risco financeiro, de forma que as pessoas desempregadas têm expectativas mais pessimistas, fazendo com que arrisquem menos. Por fim, quanto à renda, Flores (2012) verificou que o menor e o maior nível de renda tiveram as maiores médias de comportamento de risco, o primeiro devido às restrições orçamentárias e o segundo pela percepção de segurança financeira. Do mesmo modo, as

maiores faixas de renda (10 a 20 salários mínimos) demonstraram os maiores níveis de percepção de risco, corroborando com estudos de Sjöberg (2000).

3.Método

O estudo considerou como universo de pesquisa os indivíduos residentes na cidade de Santa Maria, a qual se localiza no interior do Rio Grande do Sul. A coleta dos dados iniciou no mês de maio de 2012 estendendo-se até agosto deste mesmo ano, neste período alcançou-se uma amostra total de 1.292 pessoas, sendo que os instrumentos que continham questões não respondidas ou erros de preenchimento foram excluídos.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário dividido em três blocos, sendo que o primeiro visava identificar o perfil dos respondentes e questionou aspectos como: idade, gênero, estado civil, se possui ou não dependentes ou filhos, como residem, qual o grau de escolaridade, ocupação e renda. Para analisar as duas dimensões do risco optou-se pela escala criada por Weber *et al.* (2002), adaptada e validada no Brasil por Paulino (2009). A escala original, composta por 40 itens, abrange cinco dimensões: decisões financeiras, saúde/segurança, legal/ético, social e recreacional. Este estudo, porém, utilizou a escala parcialmente, no que tange ao risco financeiro, composta por dez questões, sendo cinco para cada uma das dimensões (percepção e comportamento de risco). A escala percepção de risco é estruturada em uma escala *likert* de 5 pontos (1 - Nenhum risco e 5 - Risco Extremo). A escala de Comportamento de risco também utilizou uma escala de tipo *likert* de 5 pontos (1 - Muito Improvável e 5 - Muito Provável).

A análise dos dados foi realizada com o auxílio do software SPSS 17.0® e Eviews 7.0. Em um primeiro momento, realizou-se a estatística descritiva dos dados com o objetivo de identificar o perfil dos respondentes. Posteriormente, analisou-se a estatística descritiva dos fatores percepção e comportamento de risco, a fim de identificar média, mediana e desvio padrão. Aplicaram-se os testes de diferença de média, teste *t* de *Student* (Teste *t*), utilizado para comparar duas médias e a análise de variância (ANOVA), que compara as médias de mais de dois grupos simultaneamente.

Por fim, com o intuito de verificar a influência das variáveis socioeconômicas e demográficas no fator percepção e comportamento de risco, foi realizada uma análise de regressão linear múltipla, através do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Segundo Hair *et al.* (2009) a regressão linear visa analisar a relação entre uma única variável dependente, neste caso, primeiramente, o fator percepção de risco e posteriormente, o fator comportamento de risco, com as demais variáveis independentes, as variáveis idade e renda, e seis variáveis binárias, *dummy* dependentes (onde 0 significa ausência de dependentes, 1 presença), *dummy* estado civil (0 inexistência de união estável e 1 existência), *dummy* gênero (0 masculino, 1 feminino), *dummy* moradia (0 não possui moradia própria, 1 possui moradia), *dummy* ocupação (0 outras ocupações, 1 servidor público) e *dummy* escolaridade (0 não possui superior, 1 possui superior). Dessa forma, para verificar se as variáveis dependentes apresentam relação com as variáveis independentes, utilizou-se a Equação [1].

$$Y_i = \alpha_0 + \beta_1 \text{Dependentes}_i + \beta_2 \text{estadocivil}_i + \beta_3 \text{gênero}_i + \beta_4 \text{moradia}_i + \beta_5 \text{ocupação}_i + \beta_6 \text{escolaridade}_i + \beta_7 \text{Idade}_i + \beta_8 \text{Renda}_i + \varepsilon_i [1]$$

Onde, Y_i são as variáveis dependentes percepção de risco e comportamento de risco; α_0 o coeficiente angular da regressão; e as variáveis independentes são: *Dependentes*_{*i*} a *dummy dependentes*; *estadocivil*_{*i*} a *dummy* estado civil; *gênero*_{*i*} a *dummy* gênero; *moradia*_{*i*} a *dummy*

moradia; $ocupação_i$ a *dummy* ocupação; $escolaridade_i$ a *dummy* escolaridade; $Idade_i$ a idade; $Renda_i$ a renda; e ε_i o coeficiente de perturbação que representa o erro.

Todos os modelos foram estimados utilizando a técnica *White Heteroskedasticity-Consistent Standard Errors&Covariance*, a qual corrige os erros-padrões e covariâncias, tornando-os consistentes com o pressuposto de não-heterocedasticidade.

4. Análise dos Resultados

A pesquisa compreendeu 1.292 indivíduos residentes na cidade de Santa Maria - RS. O perfil dos respondentes é evidenciado na Tabela 1.

Tabela 1- Perfil dos entrevistados segundo as variáveis: gênero, estado civil, dependentes, filhos, moradia, escolaridade e ocupação.

Variável	Alternativas	Frequência	Percentual
Gênero	Masculino	564	43,7
	Feminino	728	56,3
Estado Civil	Solteiro	597	46,2
	Casado	564	43,7
	Separado	33	2,6
	Viúvo	98	7,6
Possui dependentes	Não	678	52,5
	Sim	611	47,3
Possui Filhos	Não	612	52,6
	Sim	680	47,4
Sua Moradia	Própria	837	64,8
	Alugada	301	23,3
	Financiada	98	7,6
	Outras	53	4,1
Escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto	150	11,6
	Ensino Fundamental Completo	45	3,5
	Ensino Médio Incompleto	232	18,0
	Ensino Médio Completo	225	17,4
	Ensino Superior Incompleto	164	12,7
	Ensino Superior Completo	476	36,8
Ocupação	Autônomo	232	18,0
	Aposentado	73	5,7
	Funcionário Público	469	36,3
	Empregado Assalariado	357	27,7
	Não Trabalha	158	12,2

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos resultados da pesquisa

Quanto ao perfil dos entrevistados, percebeu-se que a maioria pertence ao sexo feminino (56,3%), são solteiros (46,2%) ou casados (43,7%), não possuem dependentes (52,5%) ou filhos (52,6%). Quanto à moradia constatou-se que os entrevistados residem em casas próprias (64,8%), já completaram o ensino superior (36,8%), são funcionários públicos (36,3%) e recebem mensalmente, em média R\$ 3.159,68. Em relação à idade, constatou-se que a amostra foi bem distribuída, sendo a maior parcela dos respondentes pertencente a faixas etárias inferiores a 34 anos (51,6%). Conhecido o perfil dos entrevistados, passou-se para a análise descritiva das variáveis dos fatores Percepção e Comportamento de Risco, conforme a Tabela 2 e a Tabela 3, respectivamente.

Tabela 2 – Estatística Descritiva da Escala de Percepção de Risco

Variáveis	Outras ocupações		Funcionários Públicos		Teste t	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Valor	Sig.
Gastar grande quantidade de dinheiro em loterias.	3,17	1,468	3,64	1,307	-5,909	0,000
Ser avalista de alguém.	3,58	1,453	4,10	1,136	-7,086	0,000
Gastar dinheiro impulsivamente, sem pensar nas consequências.	3,82	1,313	4,19	1,089	-5,373	0,000
Investir em um negócio que possui grandes chances de não dar certo.	3,76	1,394	4,26	1,095	-7,037	0,000
Emprestar para amigo/familiar a maior parte do seu salário ou renda mensal.	3,60	1,361	3,93	1,103	-4,843	0,000
Fator Percepção de risco	3,58	1,182	4,02	0,966	-7,180	0,000

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos resultados da pesquisa

Levando em consideração que a escala de percepção de risco varia de 1 a 5 pontos, em uma escala ascendente em que 1 representa nenhum risco e 5 um risco extremo, constata-se, em termos gerais, que os indivíduos residentes na cidade de Santa Maria, independente de suas ocupações, percebem um risco elevado nas ações discriminadas. Todavia, evidencia-se que as pessoas que atuam no setor público (média 4,02) desenvolvem uma percepção de risco um pouco mais elevada do que aqueles indivíduos que trabalham em outras profissões (média 3,58). Com o intuito de identificar se realmente a disparidade entre as médias desses dois grupos eram significativas, realizou-se o teste *t*. Os resultados encontrados confirmam a afirmação anterior, ratificando que existem diferenças significativas (sig. 0,000) entre as respostas dos funcionários públicos e das pessoas com outras ocupações em todas as variáveis investigadas, bem como, no fator percepção de risco. No entanto, para algumas variáveis os valores médios são suficientemente próximos para que sua localização na escala do tipo likert não indique grandes diferenças de percepção entre os participantes. Por exemplo, a variável “Gastar dinheiro impulsivamente, sem pensar nas consequências” com médias 4,19 para os funcionários e 3,82 para as demais ocupações apesar da significância estatística indicam que em média os dois grupos consideram tal percepção como muito arriscada. Para todas as questões exceto “Investir em um negócio que possui grandes chances de não dar certo” a mediana dos dois grupos foi igual a 4 indicando que independentemente da ocupação a maioria dos entrevistados percebem muito risco.

Em relação às variáveis destaca-se que entre os servidores públicos a atitude considerada mais arriscada é “Investir em um negócio que possui grandes chances de não dar certo” (média 4,26) e entre os indivíduos que desempenham outras ocupações “Gastar dinheiro impulsivamente, sem pensar nas consequências” (média 3,82). Ou seja, para os servidores públicos investir em um negócio já eminente ao fracasso significa contrair um risco extremo, sendo para os demais profissionais o uso do dinheiro indiscriminadamente uma ação muito arriscada. Em contra partida, a variável que apresentou menor média nos dois grupos foi “Gastar grande quantidade de dinheiro em loterias” (média de 3,64 para funcionários públicos e 3,17 para as demais ocupações) revelando que os entrevistados compreendem o investimento de recursos em bilhetes de loterias como a ação de menor risco entre as demais questionadas.

A fim de identificar a confiabilidade da escala de percepção de risco testou-se o *Alfa de Cronbach*, o qual atingiu o valor de 0,903 revelando consistência interna adequada.

Tabela 3 – Estatística Descritiva da Escala de Comportamento de Risco

Variáveis	Outras ocupações		Funcionários Públicos		Teste t	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Valor	Sig.
Gastar grande quantidade de dinheiro em loterias.	1,532	0,798	1,383	0,697	3,496	0,000
Ser avalista de alguém.	1,807	0,947	1,903	0,935	-1,772	0,077
Gastar dinheiro impulsivamente, sem pensar nas consequências.	1,979	1,132	1,798	0,961	3,043	0,002
Investir em um negócio que possui grandes chances de não dar certo.	1,755	0,966	1,582	0,824	3,417	0,001
Emprestar para amigo/familiar a maior parte do seu salário ou renda mensal.	2,096	1,112	1,987	0,987	1,820	0,069
Fator Comportamento de risco	1,834	0,648	1,731	0,630	2,774	0,006

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos resultados da pesquisa

Percebe-se, diante da análise da Tabela 3, que tanto os servidores públicos quanto os indivíduos que possuem outras profissões, dificilmente irão desenvolver qualquer um dos comportamentos questionados no instrumento, revelando que o comportamento dos entrevistados é restrito a ações que não os coloquem em situações muito arriscadas, ou seja, são indivíduos avessos ao risco que buscam não comprometerem-se financeiramente independente da atuação profissional. Isso é ratificado pelas médias do fator comportamento de risco, as quais tanto para outras ocupações (média 1,83) quanto para funcionários públicos (média 1,73) encontram-se conforme a escala *likert* no intervalo de realização improvável. Nesse sentido, o resultado encontrado no teste *t* mesmo que significativo para a maioria das variáveis, bem como para o fator comportamento de risco, não permite a constatação de que funcionários públicos teriam comportamentos mais tendentes ao risco. Fato este, também comprovado através da análise das medianas, as quais indicam valores iguais em todas as variáveis investigadas para os dois grupos.

Quando se analisa as médias das variáveis destaca-se mais uma vez comportamentos congruentes entre os dois grupos investigados. Evidencia-se que a variável “Emprestar para amigo/familiar a maior parte do seu salário ou renda mensal” é destacada pelos servidores públicos e atuantes nas demais profissões (média 1,98 e 2,09 respectivamente) como a alternativa com maior probabilidade de ser realizada. Já a variável “Gastar grande quantidade de dinheiro em loterias” (média 1,38 para os servidores públicos e 1,53 para as demais ocupações) é revelada pelos indivíduos com a menor tendência de ser desenvolvida. Para testar a confiabilidade da escala utilizou-se o *Alfa de Cronbach*, o qual atingiu um valor de 0,691, sendo assim satisfatório.

Em busca de mais evidências que ratifiquem a inexistência de diferenças entre a percepção e o comportamento de risco dos funcionários públicos e demais ocupações, foram realizados testes de diferenças de média. Além disso, investigaram-se as demais variáveis sociodemográficas a fim de identificar as possíveis diferenças de percepção e comportamento entre esses grupos. Sendo assim, para dois grupos foi aplicado o teste *t*(1) e para mais de dois grupos, o teste ANOVA (2), como apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 – Testes de diferenças de médias dos fatores Percepção e Comportamento de Risco com relação a idade, gênero, estado civil, dependentes, filhos, moradia, escolaridade e renda.

Variáveis	Funcionário Público				Outras ocupações			
	Percepção de Risco		Comportamento de Risco		Percepção de Risco		Comportamento de Risco	
	Valor	Sig.	Valor	Sig.	Valor	Sig.	Valor	Sig.
Idade (2)	18,308	0,000	12,882	0,000	9,088	0,000	3,460	0,016
Gênero (1)	-2,323	0,020	0,105	0,916	,211	0,833	2,303	0,022

Conclusão

Estado Civil (2)	7,545	0,000	5,122	0,002	8,164	0,000	5,304	0,001
Dependentes (1)	-3,120	0,002	2,665	0,008	-2,484	0,013	2,350	0,019
Filhos (1)	-4,416	0,000	3,116	0,002	-2,458	0,014	2,427	0,016
Moradia (2)	2,438	0,063	0,630	0,596	1,022	0,383	2,139	0,094
Escolaridade (2)	5,183	0,000	4,426	0,000	6,231	0,000	4,162	0,000
Renda (2)	6,191	0,000	7,011	0,000	4,903	0,000	2,165	0,010

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos resultados da pesquisa

Na percepção de risco financeiro, verificou-se que existem diferenças significativas conforme idade, gênero, estado civil, se possui ou não dependentes e filhos, escolaridade e renda para o grupo dos funcionários de instituições privadas, bem como, para os indivíduos que atuam no setor público, com exceção do gênero. Salienta-se que todas as médias indicadas pelos entrevistados são superiores a 3, ou seja, os indivíduos possuem uma percepção de risco elevada, todavia, existem grupos com maiores e menores percepções.

Em relação à idade, percebe-se que os entrevistados com mais de 48 anos, funcionários públicos ou não, possuem uma percepção de risco mais elevada (média 4,25 e 3,99 respectivamente), ou seja, detêm aversão ao risco, possivelmente por encontrarem-se em um ciclo de vida que exija ações mais cautelosas, resultado esse também encontrado por Moschis (1996). Quanto ao estado civil, os indivíduos viúvos que atuam em outras profissões detêm os maiores resultados (média 3,93). Já os funcionários públicos casados são os que percebem um maior risco (média 4,20). A maior percepção de risco dessas pessoas pode estar associada ao compromisso que possuem com a família, fazendo com que desenvolvam um comportamento mais conservador, evitando comprometer a saúde financeira familiar. Neste mesmo sentido, os entrevistados que possuem dependentes e/ou filhos são os que percebem um maior risco (para os indivíduos com outras ocupações, média de 3,73 com dependentes e 3,77 com filhos; funcionários públicos apresentam média de 4,11 com dependentes e 4,10 com filhos). Na variável escolaridade, os níveis educacionais mais elevados expuseram maiores médias, tanto para servidores públicos quanto para outras profissões (média 4,11 e 3,88 respectivamente). Resultado esse congruente com o de Nogueira (2009). Por fim, identificou-se que as pessoas atuantes no serviço privado que recebem salários de até R\$ 622,00 desenvolvem menores percepções de risco (média 3,19), já aqueles que possuem uma renda mensal superior a R\$ 9.330,00 são os que destacam maior percepção de risco (média 3,89). Ressalta-se que esses valores são superiores quando se analisa os entrevistados que atuam no serviço público.

Dentre as variáveis investigadas, destaca-se o gênero, aspecto que apresentou diferença significativa apenas para as pessoas que atuam em outras profissões, sendo as mulheres (média 3,67) detentoras de um maior nível de percepção de risco do que os homens confirmando os achados de Zuckerman e Kuhlman (2000) e Keese (2010). Entretanto, quando realizado o teste das diferenças de média (teste *t*) da amostra total (funcionários públicos e demais ocupações) não há evidências de que a percepção de risco seja distinta para homem ou mulher (valor -1,792 e sig. 0,073).

No que tange ao comportamento de risco nota-se que existem diferenças significativas nas variáveis: idade, estado civil, dependentes, filhos, escolaridade e renda para os indivíduos que servem a outras profissões, para os funcionários públicos, além destas variáveis o gênero também apresenta diferenças significativas. Dessa forma, os resultados revelam que as pessoas com até 23 anos são mais propensas a desenvolverem ações que levam a um risco elevado, tanto para os funcionários públicos como para os demais trabalhadores (média 1,97 e 2,01 respectivamente). Tal resultado é coerente com o de Nogueira (2009), o qual revela as pessoas com faixas etárias mais elevadas como as mais conservadoras. Quanto ao estado civil, Chaulk, Johnson e Bulcroft (2003) consideram que as pessoas casadas possuem

comportamentos mais conservadores, neste estudo esse relato é confirmado, sendo que os respondentes casados destacaram menor predisposição a comportamentos arriscados nos dois grupos investigados (média 1,64 para funcionários públicos e 1,73 para demais profissões), atitude também relatada por pessoas que possuem dependentes e filhos. Na escolaridade, verifica-se que quanto menor o nível educacional, maior é a probabilidade de essas pessoas desenvolverem comportamentos menos conservadores, ou seja, mais arriscados, sendo os funcionários públicos sem ensino médio completo detentores de uma média de 2,40 e as pessoas que atuam em outras profissões e não concluíram o ensino médio com uma média de 1,97. Esse resultado pode ser explicado por possíveis dificuldades de acesso e complexidade das informações financeiras disponibilizadas a sociedade. Identifica-se ainda que menores faixas de renda (R\$ 622,00) apresentaram maiores médias (média de 2,32 para servidores públicos e 2,06 para outras ocupações), revelando que o grupo de pessoas com menor recursos financeiros desenvolvem uma maior probabilidade de exercer comportamentos arriscados indo ao encontro dos achados de Flores (2012).

Destaca-se que a variável gênero apresentou influência no comportamento de risco dos indivíduos apenas para os servidores públicos, sendo que as mulheres (média 1,67) relataram realizar ações menos arriscadas do que os homens, confirmado os estudos de Johnson e Powell (1994). Todavia, ao investigar as diferenças de média (teste *t*) da amostra total (funcionários públicos e demais ocupações) evidencia-se que o gênero não um é fator atuante para definir níveis de comportamento mais ou menos tendentes ao risco (valor 1,421 e sig. 0,156).

Por fim, analisou-se a relação entre os fatores percepção e comportamento de risco e as variáveis sociodemográficas, realizando duas regressões lineares múltiplas considerando os fatores percepção e comportamento de risco, como variáveis dependentes e as variáveis sociodemográficas como independentes. Após a realização das primeiras estimações pelo método *stepwise*, verificou-se que os erros do modelo eram heterocedásticos. A fim de corrigir tal problema, realizou-se uma nova estimação utilizando a técnica *White Heteroskedasticity-Consistent Standard Errors&Covariance*, a qual corrige os erros-padrões e covariâncias, tornando-os robustos e consistentes com o pressuposto de não-heterocedasticidade. Os resultados estão dispostos nas Tabelas 5 e 6.

Tabela 5 - Resultados da regressão múltipla considerando os coeficientes padronizados e os testes de significância do fator percepção de risco em relação às variáveis sociodemográficas.

Variáveis	Coefficiente Padronizado	Erro Padrão	Teste t	Significância
Dependentes	0,000	0,029	0,009	0,993
Estado Civil	0,050	0,029	1,735	0,083
Gênero	0,047	0,030	1,553	0,121
Moradia	0,019	0,030	0,641	0,521
Ocupação	0,046	0,042	1,095	0,274
Escolaridade	0,054	0,037	1,440	0,150
Idade	0,192	0,029	6,543	0,000
Renda	0,104	0,031	3,344	0,001

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos resultados da pesquisa

O modelo apresentou um coeficiente de determinação (R^2) de 0,1041, indicando que 10,41% da variância da percepção de risco é explicada pelas variáveis sociodemográficas. A significância do teste F (valor 19,48, sig. 0,000) indica que pelo menos uma das variáveis independentes exerce influência sobre a variável dependente, sendo o modelo considerado significativo. Quanto aos pressupostos do modelo, observou-se que não há autocorrelação serial, uma vez que o valor do teste de Durbin Watson (1,89) ficou dentro do intervalo considerado adequado ($1,686 < d < 2,148$). Analisando os coeficientes, que expressam a

magnitude e a direção da relação de cada uma das variáveis independentes sobre a variável dependente, constatou-se que as variáveis idade e renda exercem influência positiva na percepção de risco, ou seja, os indivíduos que possuem níveis maiores de idade e renda apresentam maiores percepções de risco.

Tabela 6 - Resultados da regressão múltipla considerando os coeficientes padronizados e os testes de significância do fator comportamento de risco em relação às variáveis sociodemográficas.

Variáveis	Coefficiente Padronizado	Erro Padrão	Teste t	Significância
Dependentes	-0,023	0,028	-0,812	0,417
Estado Civil	-0,071	0,032	-2,231	0,026
Gênero	-0,029	0,030	-0,969	0,333
Moradia	0,001	0,028	0,047	0,963
Ocupação	0,050	0,040	1,251	0,211
Escolaridade	-0,162	0,042	-3,814	0,000
Idade	-0,107	0,033	-3,233	0,001
Renda	0,015	0,040	0,389	0,698

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos resultados da pesquisa

O modelo apresenta três variáveis independentes significativas e evidencia um R² ajustado de 0,0493, ou seja, tais variáveis explicam cerca de 4,93% do comportamento de risco. O teste F atingiu um valor de 9,26 com significância de 0,000, demonstrando que o modelo é significativo como um todo. Quanto à autocorrelação serial, nota-se que a mesma não está presente no modelo, uma vez que o teste de Durbin Watson (1,86) encontra-se dentro do intervalo considerado adequado (1,686 < d < 2,148). Percebe-se que as variáveis estado civil, escolaridade e idade influenciam negativamente o comportamento de risco, ao apresentarem uma relação indireta, ou seja, um aumento de uma dessas, ocasiona um pior comportamento de risco. Ressalta-se que a variável escolaridade é o aspecto que mais contribui para a construção do modelo, ou seja, tem um maior nível de influência sobre o perfil de comportamento de risco dos indivíduos, ratificando as investigações de Grable e Lytton (1998) que concluíram que a escolaridade é a variável mais significativa para os níveis de tolerância ao risco.

Após a realização de tais testes verifica-se que a variável sociodemográfica que contribui efetivamente tanto para a percepção de risco quanto para o comportamento de risco foi a idade. Percebe-se que, para a percepção de risco, a idade influencia positivamente, em contrapartida ao comportamento de risco, onde tal variável exerce uma influência negativa, ou seja, indivíduos com maior idade apresentam uma maior percepção e um menor comportamento de risco. Ressalta-se que tais resultados ratificam mais uma vez a inexistência de influências no nível de percepção de risco dos indivíduos e na forma como eles se comportam diante os investimentos financeiros quando levado em consideração se atuam no serviço público ou privado. Esse resultado vai de encontro com as investigações realizadas por Brown *et al.*, (2011) e Keese (2010), os quais evidenciam a ocupação como uma variável significativa para as alterações no comportamento e na percepção de risco respectivamente.

5. Considerações Finais

O comportamento de risco é de extrema relevância para o desenvolvimento econômico de um país, por outro lado, a percepção de risco retrai atitudes que possam ser altamente arriscadas, protegendo os indivíduos de comprometerem sua saúde financeira. Diante disso, o estudo buscou investigar a percepção e o comportamento de risco, realizando um comparativo entre as respostas dos servidores públicos e os indivíduos que exercem outras atividades

profissionais, bem como identificar a influência das variáveis sociodemográficas na percepção e comportamento de risco. Para isso, baseou-se em uma investigação com 1.292 moradores do município de Santa Maria - RS.

Os testes descritivos evidenciam que em termos gerais, a população santa-mariense detém uma elevada percepção de risco gerando conseqüentemente um comportamento de aversão ao risco. Isso indica que são indivíduos mais conservadores, que se preocupam em gerenciar seus recursos sem comprometer sua saúde financeira. Quanto às questões levantadas no início da investigação de que i) funcionários públicos seriam mais tendentes ao risco por encontrarem-se em emprego fixo e deterem estabilidade financeiramente e ii) funcionários públicos apresentariam percepções de risco mais elevadas por serem indivíduos conservadores e conseqüentemente avessos ao risco, não foram confirmadas. Tal resultado foi indicado a partir da análise das escalas, a qual demonstrou que mesmo havendo significância estatística, não há diferenças práticas quanto à percepção e o comportamento de risco entre funcionários públicos e indivíduos que atuam em outras ocupações.

Dentro os testes de diferença de média um aspecto relevante é que tanto os funcionários públicos quanto os demais entrevistados com mais de 48 anos, que possuem dependentes e/ou filhos e que detém um nível educacional elevado, são as pessoas com maior percepção de risco e comportamento mais conservador. Tal perfil caracteriza pessoas mais experientes, que ao possuírem maior vivência financeira, percebem mais risco nas ações, até mesmo pelo fato de terem dependentes e/ou filhos. Ressalta-se que a variável gênero apresentou diferenças significativas para a percepção de risco dos profissionais que atuam em instituições privadas e no comportamento de risco para funcionários públicos, no entanto essa significância não é ratificada quando se testa esses dois fatores na amostra como um todo. Portanto, neste estudo não se pode considerar a variável gênero como um aspecto expressivo, capaz de modificar o perfil de risco dos indivíduos.

Ao investigar a regressão linear múltipla nos fatores percepção e comportamento de risco têm-se mais uma evidência de que a ocupação não é um aspecto expressivo na definição do perfil de risco dos indivíduos. Ressalta-se que a variável sociodemográfica que mais contribui para a explicação do modelo de percepção de risco é a idade. Em contrapartida, no modelo de comportamento de risco, a variável mais representativa é a escolaridade. Além disso, os aspectos idade e renda possuem um impacto positivo na percepção de risco e as variáveis idade, escolaridade e estado civil uma relação negativa com o fator comportamento de risco. Assim, salienta-se que quando maior a idade e o nível de rendas dos indivíduos mais elevada será a percepção de risco. Por outro lado, os indivíduos mais jovens, com níveis de escolaridade baixos e solteiros são as pessoas que tendem a desenvolver comportamentos de risco menos conservadores, ou seja, são menos avessos a investimentos com risco elevado.

Em síntese, como maior contribuição deste estudo destaca-se a ausência de evidências favoráveis a qualquer um dos argumentos levantados inicialmente, ou seja, não foi possível identificar diferenças de percepção ou comportamento de risco entre os funcionários públicos e as demais ocupações que permitissem a constatação de que funcionários públicos teriam menores ou maiores percepções e comportamentos de risco. Aparentemente o fato dos funcionários públicos possuírem renda garantida e estabilidade no emprego não são fatores atuantes na avaliação de risco. Por outro lado, o estudo mostra que fatores sociodemográficos como idade, renda, escolaridade e estado civil, apresentam-se como mais significativos para determinação do perfil de risco.

Nesse contexto, sugere-se que estudos futuros investiguem a efetiva influência de fatores como idade, renda, escolaridade e estado civil sobre o perfil de risco dos indivíduos. Além disso, seria relevante a realização de um estudo que enfatizasse a percepção e o comportamento de risco relacionado com o nível de endividamento, de forma que se possa

identificar se menores níveis de percepção de risco e maiores tendências de investir em ativos de maior risco podem levar a uma maior propensão ao endividamento.

Referências

BARSKY, R. B.; JUSTER, T.; KIMBALL, M. S.; SHAPIRO, M. D. Preference parameters and behavioral heterogeneity: An example approach in the Health and Retirement Study. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 112, n. 2, p. 537-579, 1997.

BATISTA, F. *et al.* Gestão do Conhecimento na Administração Pública. **Texto para discussão** n. 1095. Brasília: IPEA, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRENNAN, M. J.; KRAUS, A. The geometry of separation and myopia. **Journal of Financial and Quantitative Analysis**, v. 11, n. 2, p. 171-193, 1976.

BROWN, S.; DIETRICH, M.; ORTIZ-NUÑES, A.; TAYLOR, K. Self-employment and attitudes towards risk: Timing and unobserved heterogeneity. **Journal of Economic Psychology**, v. 32, n. 3, p. 425-433, 2011.

CHAULK, B.; JOHNSON, P. J.; BULCROFT, R. Effects of marriage and children on financial risk tolerance. A synthesis of family development and prospect theory. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 24, n. 3, p. 257-279, 2003.

COX, D. **Risk taking and information handling in consumer behavior**. Boston: Harvard University Press, 1967.

DOWNLING, G. R.; STAELIN, R. A model of perceived risk and intended risk-handling activity. **Journal of Consumer Research**, v. 21, n. 1, p. 119-34, 1994.

DYNAN, K. E.; KOHN, D.L. The Rise in U.S. Household Indebtedness: Causes and Consequences. In: **Social Science Research Network**, 2007. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/sol3/results.cfm?npage=2&>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

ELLIS, C. D. A composição do investimento. In: BERNSTEIN, P.L.; DAMODARAN, A. (Org). **Administração de Investimentos**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

FINUCANE, M.L.; SLOVIC, P.; MERTZ, C.K.; FLYNN, J.; SATTERFIELD, T.A. Gender, race, and perceived risk: the “white male” effect. **Healthy Risk & Society**, v. 2, n. 2, p. 159-172, 2000.

FLORES, S. A. M. **Modelagem de equações estruturais aplicada à propensão ao endividamento: uma análise de fatores comportamentais**. 2012. 193f. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Administração – Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

FRADE, C. *et al.* **Um perfil dos sobre-endividados em Portugal**. Relatório Final. Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia de Coimbra. Portugal, 2008.

- GILLIAM, J.; GOETZ, J.; HAMPTON, V. Spousal Differences in Financial Risk Tolerance. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 19, n. 1, p. 3-11, 2008.
- GRABLE, J. E.; LYTTON, R. H. Investor Risk Tolerance: Testing the Efficacy of Demographics as Differentiating and Classifying Factors. **Financial Counseling and Planning**, v. 9, n. 1, p. 61-73, 1998.
- GRABLE, J. E. Financial risk tolerance and additional factors that affect risk taking in everyday money matters. **Journal of Business and Psychology**, v. 14, n. 4, p. 625-630, 2000.
- GRABLE, J. E.; JOO, S. Environmental and biopsychosocial factors associated with risk tolerance. **Financial Counseling and Planning**, v. 15, n. 1, p. 73–82, 2004.
- GUJARATI, D. N. **Econometriabásica**. 3 ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- HAIR, J. F.; BLACK, W.C.; BABIN, B.; ANDERSON, R.E.; RONALD, L.T. **Análise Multivariada**. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- HALLAHAN, T. A.; FAFF, R. W.; MCKENZIE, M. D. An Empirical investigation of personal financial risk tolerance. **Financial Services Review**, v. 13, n. 1, p. 57–78, 2004.
- HALLES, C. R.; SOKOLOWSKI, R. HILGEMBERG, E. M. **O planejamento financeiro como instrumento de qualidade de vida**. In: I Seminário de Políticas Públicas no Paraná: Escola do Governo e Universidades Estaduais. Curitiba: 2008. Disponível em:<www.escoladegoverno.pr.gov.br/...financeira.../o_planejamento.pdf> Acesso em: 17 jun. 2013.
- HOPKIN, P. **Fundamentals of Risk Management: understanding, evaluating, and implementing effective risk management**. Kogan Page Limited, 2010.
- HUTZ, C.; KOLLER, S. Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 175-197, 1997.
- JOHNSON, J.; POWELL, P. Decision making, risk and gender: Are managers different? **British Journal of Management**, v. 5, n. 2, p. 123-138, 1994.
- JOHNSON, M. S.; SIVADAS, E.; GARBARINO, E. Customer satisfaction, perceived risk and affective commitment: an investigation of directions of influence. **Journal of Services Marketing**, v. 22, n. 5, p. 353-362, 2008.
- KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Prospect Theory: an analysis of decision under risk. **Econometrica**, v. 47, n. 2, p. 263-292, 1979.
- KÄLLMEN, H. Manifest anxiety, general self-efficacy and locus of control as determinants of personal and general risk perception. **Journal of Risk Research**, v. 3, n. 2, p. 111-120, 2000.
- KEESE, M. Who Feels Constrained by High Debt Burdens? – Subjective vs. Objective Measures of Household Indebtedness. In: **Social Science Research Network**, 2010. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/sol3/results.cfm?npage=2&>>. Acesso em: 08 jun. 2013.

LEIGH, B. C. Peril, chance, and adventure: Concepts of risk, alcohol use and risky behavior in young adults. **Addiction**, v. 94, n. 3, p. 371–383, 1999.

MACEDO JR., J. S.; KOLINSKY, R.; DE MORAIS, J. C. J. **Finanças Comportamentais: como o desejo, o poder, o dinheiro e as pessoas influenciam nossas decisões**. São Paulo: Atlas, 2011.

MASINI, A. A. M. **Fatores de personalidade e percepção de risco podem prever o comportamento de risco? Um estudo com universitários**. 2009. 195 f. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Psicologia – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

MELLO, S. C. B.; FALK, J. A. Uma investigação empírica sobre risco percebido do consumidor e suas estratégias redutoras através de diferentes tipos de serviço. **Faces R. Adm**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 52-67, 2003.

MOORER, S. C.; CHATER, N. The influence of affect on risky behavior: from the lab to real world financial behavior. **Annual Meeting of The Cognitive Science Society**. Jul-Ago, 2003. Boston, Massachusetts, USA. Disponível em: <<http://csjarchive.cogsci.rpi.edu/Proceedings/2003/mac/prof162.html>> Acesso em: 10 jun. 2013.

MOSCHIS, G. P. Gerontographics: life-stage segmentation for marketing strategy development. United States: **British Library**, 1996.

NOFSINGER, J. R. **A Lógica do Mercado**. Fundamento: São Paulo, 2006.

NOGUEIRA, R. C. G. **Finanças comportamentais: diferenças na tolerância de risco entre cônjuges – replicando uma pesquisa e propondo alternativas complementares**. 2009. 80 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.

PAULINO, J. A. Relação entre percepção e comportamento de risco e níveis de habilidades cognitivas em um grupo de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. 2009. 151 f. **Dissertação de Mestrado**. Mestrado em Psicologia – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

SJÖBERG, L. Factors in risk perception. **Risk Analysis**, v. 20, n. 1, p. 1-11, 2000.

WALLS, M. R.; DYER, J. S. Risk propensity and firm performance: A study of the petroleum exploration industry. **Management Science**, v. 42, n. 7, p. 1004-1021, 1996.

YAO, R.; HANNA, S. D.; LINDAMOOD, S. Changes in financial risk tolerance, 1983–2001. **Financial Services Review**, v. 13, n. 4, p. 249–266, 2004.

ZIKMUND, W. G.; SCOTT, J. E. Variety analysis of perceived risk self-confidence and information sources. **Advances in Consumer Research**, v. 1, p. 406-416, 1974.

ZUCKERMAN, M. Are you a risk taker? **Psychology Today**, v. 33, n. 6, p. 52-57, 2000.

ZUCKERMAN, M.; KUHLMAN, M. Personality and risk taking: common biosocial factors. **Journal of Personality**, v. 68, n. 6, p. 999-1029, 2000.